

AS ATUAIS FORMAS-CONTEÚDO DE APOIO AO AGRONEGÓCIO E SUAS ESPACIALIDADES NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO

Reges Sodré
Mestrando em Geografia - UFU
regessodre@gmail.com

João Manoel de Vasconcelos Filho
Prof. Dr. do Departamento de Geografia UFRN/CERES/CAICÓ
jmvasconcelos@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho descreve e analisa as implicações da expansão do agronegócio da pecuária na redefinição das relações cidade-campo a partir da transformação destes espaços, tendo como estudo o município de Araguaína localizado no Estado do Tocantins. A pesquisa foi realizada através de levantamento bibliográfico, bem como na execução de trabalhos de campo. Constatou-se que nas últimas décadas, na área em estudo, houve importantes mudanças na produção da pecuária, verificadas no aumento da produtividade, através do incremento de técnicas e melhoramento na nutrição animal, maior financiamento e destinação da produção ao mercado internacional. Tais mudanças têm exigido respostas imediatas do espaço urbano, especialmente pelo aumento do consumo produtivo, lido através da chegada de importantes corporações que dão suporte a produção mais tecnificada do campo, como John Deere, Massey Ferguson AGCO, New Holland, Valtra AGCO, entre outras.

Palavras-chaves: Modernização do campo; Agronegócio; Espacialidades urbanas.

THE CURRENT FORMS-CONTENT SUPPORT TO AGRIBUSINESS AND ITS SPATIALITY IN THE CITY OF ARAGUAÍNA-TO

ABSTRACT

The paper describes and analyzes the implications of livestock agribusiness expansion in redefining town-country relations from the transformation of these spaces, with the study of the Araguaína municipality in the state of Tocantins. The survey was conducted through literature as well as the implementation of field work. It was found that in recent decades, in the study area, there have been major changes in livestock production, verified in increasing productivity by enhancing techniques and improvement in animal nutrition, increased funding and allocation of production to the international market. Such changes have required immediate responses of urban space, especially by increasing the productive consumption, read through the arrival of major corporations that support the most technified production of the field, like John Deere, Massey Ferguson AGCO, New Holland, Valtra AGCO, among others.

Keywords: Modernization of the countryside; Agribusiness; Urban spatialities.

Recebido em 24/11/2014
Aprovado para publicação em 27/04/2015

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo descrever e analisar as implicações da expansão do agronegócio na redefinição das relações cidade-campo a partir da transformação destes espaços, tendo como estudo o município de Araguaína, localizado no Estado de Tocantins, região Norte do Brasil. Nesse busca-se compreender como as espacialidades produzidas pelo agronegócio motivam e ao mesmo tempo definem e redefinem a produção/reprodução do espaço urbano através das demandas criadas no comércio e serviços.

A ocupação produtiva do município de Araguaína a partir dos anos de 1960 se deu pela pecuária de corte bovina, quando fazendeiros se deslocaram do Centro-Sul e nela se estabeleceram com a criação de grandes latifúndios, logrando de incentivos fiscais e mão-de-obra disponível para a derrubada do Cerrado e da Floresta (Araguaína situa-se numa zona de transição entre Cerrado e Floresta Amazônica).

Araguaína, então, conseguiu expressividade na produção bovina estadual em 1980, quando passou a figurar entre os 5 maiores produtores do então Norte Goiano (atual Tocantins), com um quantitativo de 322.487 mil cabeças de gado, desde então não mais saiu desse grupo. Em 1990 a produção atingiu 480.000 mil cabeças, já em 2000 e 2013 foi respectivamente 210.700 e 222.985 mil bovinos (IPEADATA, 1980-2000; IBGE, 2013). Essa queda deveu-se aos 5 desmembramentos que o município sofreu², e não significou perda de importância da produção bovina no município.

Assim, em 2013 Araguaína era a maior produtora de bovinos do Tocantins, tendo sua Microrregião Geográfica mais de 1,5 milhões de bovinos, o que colabora ainda mais para a intensificação de consumos produtivos em seu espaço urbano. Além disso, essa produção tem apresentado nas últimas décadas maior produtividade, aliado a crescente vinculação com o mercado internacional.

Esse cenário tem resultado na chegada de importantes empresas na cidade e na criação de tantas outras, que visam oferecer insumos ao campo e beneficiar a carne bovina para o mercado local, nacional e internacional. Destacam-se no beneficiamento e exportação da produção o frigorífico Minerva, empresa com atuação multinacional. No segmento de máquinas e tratores têm-se as bandeiras da John Deere, Massey Ferguson AGCO, New Holland e Valtra AGCO. Finalmente destacam-se empresas de nutrição animal e medicamentos veterinários, como, Alvorada Produtos Agropecuários e Agroquima. Ademais, o fornecimento de produtos agropecuários é feito em sua maioria por empresas multinacionais.

A metodologia utilizada no presente trabalho incluiu inicialmente a seleção de material bibliográfico concernente com a temática em tela, além da investigação direta a partir da aplicação de questionários em órgãos relacionados com a produção agrícola, como também, visitas e levantamento de dados em sites especializados a saber: a Associação Comercial e Industrial de Araguaína – ACIARA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Prefeitura Municipal de Araguaína, Secretaria da Agricultura e Pecuária do Tocantins – SEAGRO. O levantamento de dados e o tratamento das informações coletadas resultaram em tabelas e gráficos, seguidos da respectiva análise.

REFERENCIAL TEÓRICO

A TRANSFORMAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A PECUÁRIA COMO AGRONEGÓCIO

A base conceitual proposta por Milton Santos (2012, p. 63) a respeito do espaço geográfico será o norte do trabalho. Para esse autor o espaço deve ser considerado como “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Dessa forma:

² Foram desmembrados de Araguaína em 1993 os municípios de Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Carmolândia, Araganã e Aragominas.

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2012, p. 63).

Os objetos e ações do homem foram se transformando ao longo do tempo e ganhando um conteúdo técnico-científico-informacional, o qual está a serviço daqueles atores que dispõem de ações e objetos hegemônicos. Por exemplo: a ação de uma empresa Y não é completa se forem avaliados apenas os seus produtos, enquanto matéria, ou por outro lado, se forem considerados somente o marketing e o planejamento da mesma, ela atua a partir de objetos e ações, que dão a própria dimensão do seu espaço e do seu mercado. Sua eficácia na produção, circulação e venda dos produtos depende do próprio sistema de objetos que a preside, como das ações que a orientam, sua pujança tenderá a ser maior, quanto mais o for dotada do conteúdo mencionado e sua articulação for eficaz.

Nem sempre as ações e objetos que são eficazes num tempo o são em outro, cumpre conforme Santos (2012) apreender o que é mais significativo em cada período histórico. De acordo com esse autor, no presente, tem-se a formação de ações cada vez mais com um conteúdo técnico-científico-informacional, agindo sobre objetos com iguais atributos, e estes também orientando as ações a partir desta constituição. Em outras palavras “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2012, p. 63). Sendo assim,

A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2012, p. 103).

A forma-conteúdo revela a própria realização da sociedade no espaço, em sua particularização e ao mesmo tempo em permanente processo de totalização. Santos e Silveira (2008) realizam essa análise a respeito do território brasileiro, explicitando como processos, funções, objetos e ações do passado se combinam ou não, com formas-conteúdos do presente. Dessa maneira, as diferenciações no território são expressas por meio das formas-conteúdos que o compõe, as quais resultam da ação de diversos sujeitos, inscritas em temporalidades variadas, do presente e do passado, que são formadas por um dado conjunto de objetos e ações. De modo simplificado, pode-se dizer que no Centro-Sul verificam-se formas-conteúdos mais técnicas, hegemônicas, informacionais e científicas, enquanto no Norte e Nordeste, mormente no primeiro, apenas manchas, daqueles atributos.

O processo de globalização, cuja base de realização reside no meio técnico-científico-informacional, que incide no território brasileiro conforme Santos e Silveira (2008), Santos (2008; 1988; 2009a) a partir de 1970, tem promovido diversas alterações nas formas-conteúdos das cidades e dos espaços rurais e em suas articulações e relações, colocando em relevo a importância da *escala geográfica* (HAESBAERT, 2009) para análise dos fenômenos em voga. Novas determinações atuam no processo de produção desses espaços, ainda que não exclua necessariamente todos os modos precedentes de produzi-lo, estes são sobrepostos, justapostos (até mesmo como forma de resistência, onde nascem territorialidades alternativas a modelos teoricamente hegemônicos), ou ainda, mesmo subjulgados. De fato, onde os nexos da globalização estão mais presentes o espaço tende a sofrer intensa reestruturação, visto que esse é condição para a realização daquela, portanto, deve-se ser a ela adaptado, dando condições a instalação de seus objetos e ações, normas e ideologias.

Não obstante, a globalização realiza-se a partir de fábulas, que visam escamotear o seu caráter perverso e totalitário. Santos (2010) demonstra de maneira muito clara a perversidade da globalização, que torna o território cada vez mais corporativo, no qual as ações e os objetos estão a serviço das empresas multinacionais e do grande capital, sendo o dinheiro e a informação seus baluartes. A competitividade, entre pessoas e entre lugares torna-se uma

verdadeira guerra, e não há espaço para a solidariedade. O território torna-se alienado, isto é, submetido a lógicas estranhas ao lugar. “A política agora é feita pelo mercado” (SANTOS, 2010, p. 67), representado pelas grandes empresas, que se apoiam na ajuda do estado, e na sua negligência para os reclamos da sociedade, criando-se frequentemente consumidores ao invés de cidadãos. Tal contexto tem levado também ao aumento da precarização, reclusão territorial e formação de aglomerados de exclusão, para parte significativa da população (HAESBAERT, 2004, 2012).

É justamente a partir da globalização que diversas transformações são gestadas nos sistemas de objetos e sistemas de ações no espaço agrícola brasileiro, que reflete ao mesmo tempo sua redefinição relacional, relativa e absoluta (HARVEY, 2012). Considere-se que “a reestruturação produtiva da agropecuária, atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor” (ELIAS, 2008, p. 2). Os espaços rurais passaram, assim, a ter sua base produtiva substituída por um receituário técnico das empresas multinacionais, com a ideologia do aumento da produtividade, da rentabilidade e do lucro. Os produtores sejam eles ligados a produção de grãos, frutas ou da pecuária, que não usam das técnicas modernas oferecidas por essas empresas são tidos como atrasados, arcaicos, e, portanto, devem ser expropriados ou espoliados de suas terras e condições de vida, em favor do capital hegemônico. Como dissera Santos (2010, p. 89) “é atender a tais imperativos ou sair”.

Elias (2006a) elaborou uma periodização com vistas a captar a gênese e as transformações na agropecuária científica do Brasil, três períodos se destacam, o da substituição da base técnica produtiva (1950), industrialização da agropecuária (1960), e a integração de capitais industriais, financeiros, e agrários (1970). Essa realidade é representada principalmente pelo Sudeste, pois, no Tocantins e Amazônia Legal em geral, esses processos se verificam, mormente, a partir de 1985 (IBGE, 1997; 2006).

Nesse invólucro intensificam-se as relações cidade-campo, cada vez mais se observa variáveis do urbano no espaço rural, a exemplo, tem-se a difusão do consumo produtivo agrícola, observado inicialmente por Santos (2009a), e mais desenvolvido por Denise Elias (2006a, 2006b, 2008, 2011), que inclui máquinas, implementos agrícolas, sementes, produtos veterinários, agrotóxicos, melhoramento genético, estudos de fertilidade do solo, assistência técnica com profissionais especializados, irrigação, informatização das atividades com a chegada da internet e da telefonia, que atuam de várias formas no espaço agrícola, entre outros.

Essas transformações vêm sendo definidas pelo termo *agronegócio*, que surgiu nos Estados Unidos, fazendo parte de um conjunto de modificações nos processos de acumulação do capital, que incluiu novos hábitos de consumo, especialmente ligados à alimentação, com destaque para os *fast-food*, os quais demandam crescentes consumos, por exemplo, de carne industrializada. Em um sentido mais específico, o agronegócio pode ser “compreendido como o processo de industrialização da agricultura” o qual “tem sido utilizado para justificar a criação das chamadas cadeias produtivas, com o objetivo de agregar atividades agroquímicas, industriais, e comerciais aos cálculos econômicos da agricultura” (MENDONÇA, 2013, p. 140). Cadeia produtiva é o conjunto de variáveis que envolvem a produção no campo, ou seja, desde a própria produção aos meios técnicos e organizacionais que a viabilizam e a comercializam, os quais se realizam em simbiose com o espaço urbano, que cada vez mais tem como característica, a articulação, através dos sistemas de comunicação e transporte, da produção ao mercado internacional. A soma desse conjunto representaria todo o Produto Interno Bruto do agronegócio.

De modo geral, aparece como agronegócio na literatura científica do assunto, apenas a produção de grãos, mas a partir da leitura de Elias (2006a, 2006b, 2008, 2011), Mendonça (2013), Suzuki (2007), Oliveira (2004), os quais apresentam um sentido amplo para as mudanças promovidas pelo agronegócio, incluindo aí a própria pecuária, ainda que ela não seja o âmago do processo, nem necessariamente a precursora, classifica-se ela como agronegócio nesta pesquisa. A esse respeito Oliveira (2004, s/p) esclarece que “agronegócio é sinônimo de produção para o mundo”. Isto implica diversos imperativos ao campo e as cidades, que no Tocantins, manifesta-se no primeiro, na expansão da produção de grãos e na reestruturação da pecuária, a qual se transforma a partir de 1990, em um agro-negócio. Nas cidades crescem os fixos e fluxos que dão suporte a esta produção, as cidades se adaptam em

grande medida a este novo processo, manifestando relações mais imbricadas e complexas entre cidade-campo.

Sabe-se que a pecuária envolve diversas atividades, como a criação de aves, de suínos, muare, e a bovinocultura, que tem suas variantes, como a pecuária de corte, criação de raças, e aquela voltada para a produção de leite. Ainda que todas essas variantes sejam captadas pela lógica do agronegócio, a preocupação será com a pecuária de corte, cuja importância e significado na região em estudo são mais pronunciados. As preocupações com a produtividade e a rentabilidade da pecuária de corte, se inscrevem no aumento do consumo produtivo a ela relacionado, tendo nos crescentes eventos realizados em diversas partes do Brasil (tais eventos se concentram nas áreas onde há maior densidade produtiva e de gestão, um exemplo, é o Circuito ExpoCorte) um dos meios de difusão da ideologia do setor.

A pecuária de corte se internacionaliza e, o Brasil figura como um dos principais produtores no cenário internacional e o estado do Tocantins apresentando tardia e rápida inserção no mercado nacional e internacional, sendo para isso necessário o levantamento de diversos esforços a fim de torná-la técnica, científica e informacional. As ações aí são prementes, tornando o fluxo de acumulação do capital mais eficaz.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

AS ATIVIDADES COMERCIAIS ENQUANTO SUPORTE À PECUÁRIA EM ARAGUAÍNA - TO

Uma primeira manifestação do agronegócio que é notável nas espacialidades urbanas das cidades tocantinenses é o aumento do consumo produtivo agrícola. Houve significativo aumento das empresas e organizações destinadas a atenderem as demandas do campo. Sua densidade, assim como a especialização são maiores quanto mais modernizadas forem às atividades agrícolas de tal município ou região. De modo que, o avanço desses estabelecimentos é assimétrico no território, seja em termos diacrônico ou sincrônico, o primeiro atuando no reforço do segundo. O Tocantins em 2006 tinha 240 empresas e outras organizações ligadas à agricultura, pecuária e serviços relacionados. Deste total 48% estavam diretamente ligadas à pecuária, já em 2011 para este setor houve queda de 8% na participação total, apesar do aumento absoluto de 2 estabelecimentos, isto ocorreu porque as lojas de apoio as lavouras temporárias se elevaram, em especial, da soja, do milho, cana-de-açúcar, e do arroz, entre outros, sequiosas de insumos e demandas técnicas-políticas, esse segmento sofreu aumento de 100% no mesmo período, representando no total respectivamente 17% e 24% (ver tabela 1). Destaca-se ainda o crescimento das empresas do ramo da horticultura e floricultura, as quais aumentaram em cerca de 5 vezes.

Tabela 1. Número de empresas por ramo de atividade ligada ao campo de Tocantins (2006-2011).

Ramo de atividade	2006	2011
Produção de lavouras temporárias	40	80
Horticultura e floricultura	1	6
Produção de lavouras permanentes	4	6
Produção de sementes e mudas certificadas	0	1
Pecuária	116	118
At. de apoio à agropecuária pós-colheita	79	81
Total	240	292

Fonte: IBGE, 2006; 2011.

Os números corroboram com a tese de que o agronegócio instala-se, ou no melhor dos casos se intensificou na região a partir da criação do estado de Tocantins em 1988. Tendo em vista que das atuais 372 empresas e organizações da agropecuária, produção florestal e aquicultura, 286 foram criadas ou instaladas na região a partir de 1991, representando um aumento de três vezes (IBGE, 2011). Não obstante, estas empresas se mostram extremamente concentradas nas principais cidades do estado, o que tende a refletir e reforçar as hierarquizações da rede urbana (ver tabela 2). Apenas cinco cidades concentram 33% das empresas no estado. A exceção mais notória é Formoso do Araguaia, que embora seja centro local, apresenta-se na terceira posição, com participação no conjunto do estado de 7%, isto comprova que o segmento do agronegócio cria especializações produtivas em alguns pontos do espaço,

adaptando as cidades aos seus intentos, o que conduz a modelos que fogem a padrões hierárquicos.

Ademais, tais dados de cunho quantitativo guardam inconvenientes, como lembra Santos (2009b, p. 16) “o aparelho estatístico é prisioneiro de uma noção geral que não está de acordo com a realidade”, sendo, “preciso usar com cuidado a estrutura estatística, e ir além dela”. Assim, algumas cidades que centralizam importante consumo produtivo não aparecem entre os 5 primeiros, como Campos Lindos (7º colocado) e Pedro Afonso (9º colocado), ambos do segmento da soja. Malgrado de Araguaína está em primeiro lugar, também não significa que nela esteja a maior densidade de variáveis que viabilizem o consumo produtivo. Ter-se-ia que dispor de dados que revelassem o grau de especialização das atividades de cada cidade para ter uma dimensão qualitativa da realidade, ainda assim, essas informações indicam formidáveis pistas a respeito da expansão de espacialidades do consumo produtivo agrícola nos espaços urbanos das cidades tocantinenses e em especial da cidade de Araguaína.

Tabela 2. As dez cidades com maior número de empresas do ramo agropecuário (2011)

Cidades	Quantidade	Participação
Araguaína	31	8,28
Palmas	29	7,75
Formoso do Araguaia	28	7,48
Gurupi	16	4,27
Paraíso do Tocantins	13	3,47
Porto Nacional - TO	13	3,47
Pedro Afonso - TO	10	2,67
Dueré - TO	8	2,13
Campos Lindos - TO	8	2,13
Natividade - TO	8	2,13

Fonte: IBGE, 2011.

Na cidade de Araguaína destaca-se a forte expansão de empresas e fornecedores, com capitais de atuação nacional e internacional. As principais concessionárias de multinacionais são a Meridional Máquinas - John Deere -, Comac – Massey Ferguson AGCO -, Siremak - New Holland - e Comagril – Valtra AGCO³. Estas abrangem os setores da pecuária, agricultura, jardinagem e florestal. Comercializando colheitadeiras, escavadeiras, plantadeiras, tratores, pulverizadores, entre outros. Quanto aos serviços, tem-se cursos com treinamento, manutenção e revisão das máquinas citadas. A bandeira Valtra começou a atuar em Araguaína a partir de 1983, enquanto a John Deere no final de 2008, esta última vendeu desde então 24 tratores em Araguaína, dos quais a maioria foi destinada ao uso em fazendas de pecuária.

Paralelo a este circuito existem um conjunto de lojas que vendem peças, fazem revisão, aluguel, borracharia, e manutenção dos tratores e máquinas. A maioria é formada por empresas locais, apesar de apresentarem materialidades menos pomposas, e terem menor espaço em propagandas na mídia para oferta de seus produtos, elas são fundamentais, principalmente, para aqueles produtores médios e pequenos, e mesmo grandes. Além disso, estes estabelecimentos dão suporte também aos veículos usados nas fazendas, como caminhão, caminhonete, etc.

No que tange a venda de produtos veterinários, nutrição animal, suplementos, sementes, e arames, destacam-se empresas com capitais de atuação nacional/regional, Alvorada Produtos Agropecuários, Agroquima, Gasparim, e Terrafós Nutrição Animal e Produtos Agropecuários. Esta última foi criada em Araguaína no ano de 1988, e possui filiais nas cidades de Paraíso do Tocantins e Colinas do Tocantins.

Os fornecedores de produtos nos estabelecimentos comerciais do agronegócio são majoritariamente de empresas multinacionais e nacionais, as primeiras dominam o fornecimento de medicamentos veterinários, tratores e implementos, melhoramento genético, e

³ A bandeira Valtra, possui concessionária em Araguaína, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional; New Holland atua em Araguaína, Palmas e Gurupi; John Deere instalou-se em Araguaína, Gurupi, Palmas, Guaraí, Lagoa da Confusão e Paraíso do Tocantins; MasseyFerguson está presente em Araguaína, Palmas, Guaraí e Lagoa da Confusão (SITE DAS EMPRESAS).

ferramentas motorizadas. Já as últimas controlam a distribuição de agroquímicos, nutrição animal, sementes e arames (tabela 3).

Tabela 3. Fornecedores de produtos agropecuários em Araguaína por grau de atuação do capital

Característica da produção	Fornecedores %		
	Multinacionais	Nacionais	Locais
Medicamentos veterinários	32	21	-
Agroquímicos	17,9	21	-
Nutrição e suplemento animal	14,3	26,3	66,7
Tratores/implementos	14,33	-	-
Sementes	-	15,8	33,3
Arames	-	3,6	5,3
Melhoramento Genético	-	10,7	-
Ferramentas motorizadas	-	3,6	-
Análise técnica	-	-	5,3

Fonte: SILVA (2012).

Ao menos duas leituras devem ser colocadas a respeito deste comércio agrícola de capital de atuação nacional e global: trata-se de espacialidades urbanas representadas pelo circuito superior da economia urbana (SANTOS, 2008), dotadas de racionalidade técnica, científica e informacional, sua instalação nos territórios impõem uma nova lógica, esta prima no totalitarismo e na busca cega pela ampliação dos lucros, um novo discurso se instala, o da eficácia, da produtividade, da resposta imediata aos reclames da acumulação; segundo, nos estabelecimentos agropecuários onde tais técnicas se instalam um novo domínio territorial é estabelecido. O tempo da técnica superpõe-se aos tempos da natureza, nunca de modo absoluto (BAGLI, 2013), modificando as relações sociais de produção e de trabalho, pois elas ao serem dotadas de informação exigem tal atributo para seu uso, o que tem fortes consequências no espaço agrícola (SANTOS, 2012).

Outro comércio, mais discreto nas formas, porém de relevo para o agronegócio é a comercialização de diversos materiais para cercas, currais, “mata-burros” e casas de cochos, por exemplo, cancelas, estacas, postes, tabas, etc. É comum a presença de fazendeiros em madeireiras, com caminhonetes, caminhões e trabalhadores buscando esse tipo de material. Outros estabelecimentos fabricam grades para gaiolas, caminhões e carroças.

Pode-se perceber que a criação de empresas do ramo agrícola no espaço urbano de Araguaína com atuação regional ou nacional é parca, os serviços com raras exceções são impostos de fora, e apesar do recente avanço do setor agrícola, não há nenhum empreendimento criado no Tocantins, que possua destaque no mercado nacional ou global. Assim, a elite rural mostra-se intensamente aberta as relações e conflitos com capitais externos, tornando o empreendedorismo inócuo.

É importante ainda ressaltar que as concessionárias de caminhões, e caminhonetes, oferecem descontos especiais aos produtores rurais. Chama-se a atenção que no dia 12 de março de 2014 a senadora Kátia Abreu, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Tocantins (FAET), firmou parceria com a Marca Motors Veículos Ltda, revendedora da Mitsubishi no Tocantins, em que ficou estabelecido desconto de 5% aos produtores rurais que possuem o Cartão CNA Card. A senadora afirmou ainda que deseja ampliar este acordo com outras revendedoras, pois existem várias dificuldades que os produtores encontram no momento da compra de veículos por causa dos altos juros e da falta de incentivos e financiamentos adequados para o setor. A representante da Mitsubishi afirmou na ocasião que os produtores rurais são os principais clientes das empresas em Tocantins (FAET/SENAR, 2014a).

Tais produtores são assíduos consumidores de Hilux, Nissan, Amarak, L 200 Triton, S 10 e Ranger (são oferecidos descontos de até 15% em algumas concessionárias na compra destes veículos pelos produtores rurais). Esses carros são usados para os fazendeiros cumprirem suas necessidades de mobilidades, mas também, para evidenciarem a partir da imponência dos mesmos, seu poder aquisitivo. Encontram-se, com facilidade estes modelos de carros pela cidade de Araguaína, sujos de argilas, lama, cheiro de animal, indicando seu uso pelos fazendeiros, que frequentam a cidade ou nela moram. Neste sentido, segundo Harvey (1998, p.

81), “a procura de meios de comunicar distinções sociais através da aquisição de todo tipo de símbolos de *status* há muito é uma faceta central da vida urbana”.

Assim, as relações cidade-campo não podem ser vistas apenas do ponto de vista formal, isto é, a partir do ponto de vista produtivo, pois elas ultrapassam essa dimensão, e atingem o consumo consumptivo, ou mesmo as relações de poder aí criadas.

A PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS NA DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO

A industrialização em Araguaína sempre foi incipiente, dependente principalmente da transformação/beneficiamento de matéria-prima destinada ao consumo local. Recentemente, no entanto, essa atividade tem ganhado relevo, alcançando o mercado nacional e internacional. Essa realidade se contextualiza na construção do Distrito Agroindustrial de Araguaína, DAIARA, em 1990, em que a produção ganhou maior destaque. Este passou a responder a três principais exigências do capital; uma ligada à difusão do consumo consumptivo, tendo sua expressão máxima na confecção de artigos de vestuário e acessórios⁴; outra ligada à construção civil, que tem demanda crescente devido, principalmente, a abertura indiscriminada de loteamentos na cidade; e finalmente a do agronegócio, com implicações a montante deste, isto é, fornecedores de insumos ao campo e, a jusante – transformadores dos produtos agropecuários.

As empresas responsáveis pela produção de insumos ao campo neste distrito são principalmente aquelas que os comercializam – Suzuki, Nitrosal, Agromaster, Terrafós Nutrição Animal (instalada em 2002) e Premix. Isso evidencia a ligação entre produção e comercialização, pois estas empresas tendo em vista a grande demanda por produtos, não somente por parte dos produtores locais, mas aos regionais, optaram por instalarem-se na cidade seus estabelecimentos produtivos, visando à realização mais rápida e eficiente do ciclo do capital. No caso da Premix que é uma empresa com matriz no estado de São Paulo, com unidade fabril instalada em 2006 em Araguaína, a partir de incentivos fiscais da prefeitura, usa a cidade como base logística para distribuição de seus produtos aos estados de Tocantins, Pará, Maranhão e Mato Grosso. Não é demais lembrar que esta, possui três unidades fabris no Brasil, as outras ficam no Sudeste. Segundo informações do Portal Norte, esta empresa produz 150 toneladas diárias de Sal Mineral e Ração na unidade de Araguaína.

Silva (2012) identificou que existem ainda quatro unidades agroindústrias que produzem leite pasteurizado em saco plástico de litro, iogurte, bebida láctea e queijos; que são distribuídos no Tocantins e Maranhão. Destaca ainda a presença de curtumes e laticínios. Em 2008 instalou-se uma unidade de fabricação na cidade, a Gelnex, empresa que atua em mais de 50 países, com produção de gelatina a partir da extração do colágeno de boi.

No que se refere aos frigoríficos tem-se a presença de três estratos principais, em relação à abrangência de suas operações. A distribuição de carne ao mercado local fica a serviço da Associação do Comércio e Varejo de Carnes Frescas de Araguaína (ASSOCARNE). Se junta ao frigorífico Boiforte e Masterboi, que também exportam para o mercado nacional. Conforme observou Silva (2012, p. 114), “o gado de baixa qualidade é reservado ao consumo local, com vacas descartadas pela idade, no entanto com preço similar ou até mesmo maior, do que os praticados em cidades não produtoras”.

O grande destaque é o frigorífico Minerva, instalado na cidade em 2007, com a aquisição de unidades locais e ampliação do seu estabelecimento em 2009, cuja área atingiu 18,5 mil metros quadrados, com capacidade de abate de 840 cabeças/dia, e desossa de 1680 cabeça/dia, com operações em dois turnos, isto equivale a 6.500 toneladas de carnes desossadas por mês (REVISTA BRASIL ALIMENTOS, 2009).

O Minerva distribui a carne de Araguaína e região no mercado local e exporta a diversos países do mundo, “ultrapassando os limites históricos, a criação de gado e a comercialização da carne superam a condição de circuito regional de produção e se transformam em verdadeiro circuito espacial de produção” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 150). Em 2006 as exportações

⁴ Um dado que confirma esse quadro é a presença de dois cursos de iniciação profissional na área de vestuário no SENAI de Araguaína, única unidade do Estado a oferecer dois cursos nesta área, a saber, cortador industrial e costureiro em tecido plano.

atingiram 10 países, com o valor de 12.986.263 US\$, já em 2013 elas atingiram 18 países cujo valor chegou a 117.826.036 US\$, aumentando respectivamente 80% e 807% (BRASIL, 2006; 2013). Esses valores correspondem ao aumento significativo da quantidade de quilos exportadas, em 2006 foram 680.393.6 quilos líquidos, alcançando em 2013 quase 30 milhões de quilos líquidos. Tais valores davam à Araguaína em 2006 o 6º lugar entre os exportadores tocantinenses, de um total de 12 exportadores, enquanto em 2013 ela ocupava a 2º posição, com 20 exportadores regionais, assumindo a hegemonia regional das exportações de carne e competindo com o setor de grãos.

A exportação de carne bovina no Tocantins e em Araguaína expande-se também pelo esforço das entidades governamentais em mercantilizar tal setor produtivo, diversas comitivas do governo têm viajado para países da Ásia e Europa visando expandir este mercado. Em 2013 o secretário de Agricultura e Pecuária, Jaime Café, viajou à Rússia, para participar do World FoodMoscow 2013, com a meta de apresentar o potencial do Tocantins e ampliar o mercado. No dia 20 de janeiro de 2014 o grupo JBS anunciou a implantação de frigorífico em Araguaína, em reunião com o Governador Siqueira Campos. O que confirma a tendência das lógicas globais se instalarem no território em estudo, explorando e potencializando a exploração do setor primário, que tem nítidos rebatimentos na espacialidade urbana do espaço local.

No entanto, fica evidente que tal processo não beneficia a população araguainense, que compra carne por altos preços e desqualificada, enquanto a carne de melhor qualidade produzida no município é exportada aos mercados externos. Nos estabelecimentos varejistas de Araguaína o leite é importado, a carne de frango, de suíno, de carneiro, de peru, etc. Indicando a especialização produtiva deste município, qual seja pecuária de corte bovino, estabelecendo clara contradição, pois, a sociedade precisa não apenas de carne, mas de todo o conjunto de elementos mencionados, estes, contudo, não são rentáveis ao capital. O que interessa é a rentabilidade do capital e não o bem-estar da população local, o espaço é produzido para o capital e não para a reprodução saudável do social.

A organização da produção para exportação expõe também os produtores rurais à lógica do mercado global, ficando submissos quanto a imposição de preços, a maior ou menor demanda, que depende de vários fatores, concernentes a economia dos países importadores, e as exigências que esse mercado impõe aos produtores. Isto tem rebatimentos principalmente aos pequenos produtores rurais, que veem seus produtos desvalorizados no mercado, pois estes não dispõem da “qualidade” exigida por aquele. São pressionados a inserir-se no circuito do capital global, que para eles podem representar o fim.

ARRANJOS INSTITUCIONAIS E FINANCEIROS DE APOIO AO AGRONEGÓCIO: AS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO COMO PANO DE FUNDO

As mudanças descritas precisam ser avaliadas no bojo dos arranjos institucionais e financeiros do estado, na medida em que estes fatores condicionam ou influenciam aqueles. Os trabalhos de Harvey (2003; 2011) são investigações perspicazes de como funciona a acumulação do capital a partir da simbiose formada com a estrutura de poder do estado, na forma de seu arranjo institucional, que se expressa pelo monopólio da força, da polícia, das ações financeiras, etc.

A condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (...) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (...). Políticas relativas à segurança da oferta de dinheiro e aos negócios e relações comerciais externas também têm de ser estruturadas para beneficiar a atividade de negócios (HARVEY, 2003, p. 80).

Harvey (2003; 2011) elucida como a burguesia ascendente em diversos contextos geográficos foram usando seu poder para influenciar e reconstruir o estado de modo a atender seus objetivos acumulativos. Não parece ser diferente na geografia histórica do Tocantins, em que os poderes dos donos da terra foram se transformando ao longo do tempo, não para a dissolução, mas ao seu fortalecimento. Com a criação deste estado elevou-se os esforços para

a capitalização da agropecuária, transformando-a em agro-negócio, amplia-se o espaço privado em detrimento do espaço público, seja no campo ou na cidade.

O governo federal continua a financiar, subsidiar e incentivar a pecuária e agricultura no estado, mas, agora realiza essa tarefa junto com o governo estadual e municipal. Contudo, se antes o objetivo principal era a ocupação do território pelo capital nacional, a este somam-se esforços para abertura ao capital internacional. De modo que a chegada de empresas e produtos, de um lado, e a exportação de matéria-prima de outro, ao mercado internacional, funcionaria como uma panaceia aos problemas de grandes e pequenos produtores rurais, a geração de empregos e, alimento na mesa dos pobres. Isso implica dizer que seja no passado ou no presente a “gestão do Estado para a criação do capital e dos fluxos monetários torna-se parte integrante, e não separável, da circulação do capital” (HARVEY, 2011, p. 47).

De acordo com o código Tributário do Estado de Tocantins, aprovado pela Lei nº 1. 287, de 28/12/2001, atualizado em 2013, estão isentos de pagar ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), as empresas que exportam mercadorias, enfatizando-se o setor primário.

Esta lei favorece diretamente as multinacionais do agronegócio, sobretudo, as da soja e da produção de carne e derivados, pois segundo os dados para o Tocantins (2013) 94, 55% das exportações do Estado são destes dois setores, a soja representou 69, 37% e a carne bovina 25,18% em 2012. Por extensão, os maiores proprietários são beneficiados, já que eles são os vendedores basilares de soja e carne bovina.

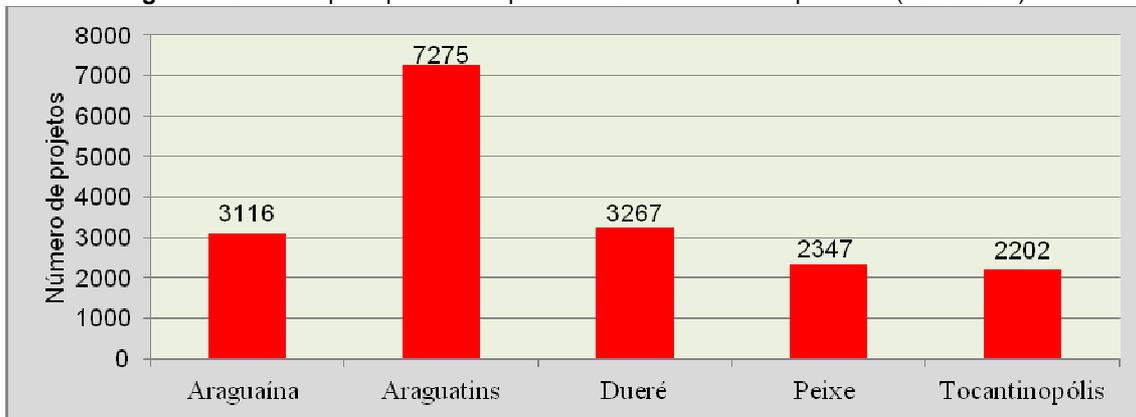
Dentro do Plano Plurianual PPA (2008-2011), criou-se o Programa Tocantins Rural, cujo objetivo foi promover o crescimento da produção e da produtividade agropecuária visando à melhoria da qualidade dos produtos tocantinenses, garantindo a abertura de novos mercados internos e externos, para contribuir na geração de emprego e renda, oportunizando maior qualidade de vida aos cidadãos tocantinenses. Para viabilizar este objetivo geral, algumas ações foram planejadas, como; promoção de pesquisas, melhoramento genético do rebanho, incentivo a realização de feiras e eventos agropecuários, construção de abatedouros e organização gerencial das cadeias produtivas do agronegócio, etc. Foram previstos o investimento total de R\$ 33,5 milhões. Para a Região Administrativa de Araguaína foram destinados apenas R\$ 751.823,00, tal região não aparece em primeiro lugar em nenhuma das metas de investimento, a Região Metropolitana de Palmas é a maior beneficiada de todo o Estado. A região de Araguaína apresenta maiores valores no tocante ao melhoramento genético do rebanho com R\$ 130.000,00 e na organização gerencial das cadeias produtivas do agronegócio com R\$ 260.487,00 (TOCANTINS, 2011). O maior investimento nesses setores indica a integração entre a base produtiva rural e a urbana, aumentando às espacialidades urbanas de apoio as atividades do campo.

Os esforços no PPA (2008-2011) e (2012-2015) para capitalizar a agricultura familiar também são enormes, a quantidade de investimentos previstos no primeiro plano foi de R\$ 88.370.676,00 e no segundo de R\$ 154.087.056,00, superior ao do agronegócio. Trata-se da tentativa de inserir o pequeno produtor no mercado, tanto através do consumo de insumos, como por meio da venda de sua produção, isto, contudo, não conduz a modificação na estrutura fundiária e em melhores condições de vida aos camponeses. Mendonça e Thomaz Júnior (2011) fazem diversas críticas a essas ações e ao próprio conceito de agricultura familiar, que acaba ocultando o debate da reforma agrária e, tornando a luta do trabalhador e pequeno produtor amorfa, subordinando-os ao capital industrial e financeiro. Estes projetos acabam por impor diversas dívidas aos camponeses, que passam a produzir para o mercado, deixando de fazê-lo para seu próprio sustento, não respeitando suas territorialidades e territorialização. Não raro leva a espoliação de suas terras.

Já os dados do IPEADATA relativo aos financiamentos por municípios para o custeio do ciclo produtivo da pecuária para o período de 1993 a 2004, mostram a dimensão da conjuntura de Araguaína. O gráfico 1, demonstra os 5 municípios com maior quantidade de projetos financiados na pecuária de Tocantins, ficando evidente a supremacia de Araguantins com 40% do total, Araguaína e Dueré ficam respectivamente com 17% e 18%. Observando o gráfico parece que os investimentos do estado estão mais pulverizados, isso corrobora com análise

anterior dos PPAs, mas, estes números não revelam os valores dos projetos, nem a efetiva realização deles, o que pode relativizar a posição dos municípios.

Figura 1. Os cinco principais municípios do TO financiados na pecuária (1993-2004)



Fonte: IPEADATA, 2009.

A instalação dos frigoríficos em Araguaína e das multinacionais do agronegócio faz-se através destes incentivos fiscais. Os portais de notícias Conexão Tocantins e Portal Norte, têm noticiado com frequência reuniões entre o governo estadual e grupos do ramo do agronegócio, os quais buscam generosos incentivos para que suas empresas nele se instalem. Todavia, não basta os incentivos para a instalação, também são necessárias legislação e logística adequada aos interesses das corporações, e assim tem feito o poder público.

As influências políticas para o financiamento da produção agropecuária no Tocantins são explícitas, pois muitos senadores, deputados e prefeitos são ruralistas. Em reunião no dia 09/05/2013 entre os presidentes dos sindicatos rurais do Tocantins, a senadora Kátia Abreu⁵ (Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e representantes do Banco da Amazônia, ela avisou que se o banco não diminuísse as taxas de juros aos agropecuaristas seria proibido de participar das feiras agropecuárias no Estado. No dia 30/04/2014 (FAET/SENAR, 2014b) a senadora apresentou na cidade de Miranorte o calendário de feiras para 2014 no Tocantins, quando divulgou investimentos de R\$ 6 milhões para estes eventos, com a presença de representantes da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco da Amazônia, os quais foram anunciados como financiadores dos produtores rurais nas mencionadas feiras. Isso indica que o BASA se adequou as exigências da senadora pecuarista.

A aliança entre a produção no campo, o setor financeiro, industrial e comercial é composta pelo poder do estado que vela estas interações com seu arsenal financeiro e institucional, fortalecendo os empresários rurais e urbanos. Atribuem-se novas configurações a relação cidade-campo com a ampliação dos conteúdos e das formas de apoio à atividade do campo, redefinindo igualmente o espaço deste último, com a expansão de variáveis da cidade.

Certamente os maiores beneficiados dessas novas relações são as corporações multinacionais, pois, elas se beneficiam de quaisquer incentivos ao campo, seja à agricultura familiar ou aos grandes produtores do agronegócio. Nesse sentido, segundo Santos (2012) quanto mais presididas por técnicas são essas relações, mais delas se beneficiam os atores hegemônicos. De outro lado, os principais prejudicados são os camponeses e os trabalhadores, que veem seu espaço sendo redefinido por lógicas que lhes são estranhas.

AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO

Vêm ocorrendo, em todo o estado, mudanças na produção do campo, essas são impostas pela racionalidade do capital e pelos esforços do governo em tornar o Tocantins competitivo no mercado agrícola brasileiro e mundial. As transformações no campo impõem especialização

⁵ De acordo com Costa (2013) Katia Abreu está entre os 20 ruralistas com maiores propriedades de terra no Brasil. Ainda segundo a autora ruralistas são parlamentares de diversos partidos que se unem na defesa da propriedade da terra e da expansão capitalista na agropecuária.

produtiva e demandas por consumo produtivo nos espaços urbanos, incrementando a urbanização. Com a expansão da produção de grãos a pecuária tem sido pressionada a melhorar sua produtividade sob o risco de fenecer. Desta forma, tem-se trabalhado cada vez mais com uma pecuária intensiva, em área menor e com maior número de técnicas. Em verdade, onde as inovações técnicas estão presentes nos sistemas de produção a consequência geográfica imediata de acordo com Santos (2012, p. 240) é “diminuir a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia”.

Em 1995 o Tocantins tinha 16.539 máquinas nos estabelecimentos agropecuários, enquanto em 2006 eram 37.605 ocorrendo um aumento de 127%. Esse crescimento ocorreu não somente pelo incremento de máquinas já existentes, como tratores, mas pelo acréscimo de outras, como as adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário, ceifadeiras (picadeira de forragens) e pulverizadores e/ou atomizadores. Os cinco municípios com maior densidade de máquinas em 2006 foram Araguaçu (1.045), Pium (907), Peixe (683), Araguaína (635) e Gurupi (619). É notável o fato de 62% dos municípios tocantinenses terem abaixo de 200 máquinas, o que confirma a rarefação e opacidade deste espaço, apenas a título de exemplo, em Balsas (MA) e Rondonópolis (MT), considerados por Elias (2006a) espaços luminosos do agronegócio têm-se respectivamente 1.909 e 2.634 máquinas.

O crescimento no número de máquinas e implementos agrícolas em Araguaína para o período entre 1995 e 2006 foi de 123%, inferior, portanto ao estadual. Não obstante, esse aumento foi de apenas 26% se comparado a 1985. De modo geral houve especialmente incremento de novas categorias, acompanhando a tendência estadual, com destaque para o aparecimento das roçadeiras. Contudo, o número de tratores sofreu decréscimo, indicado que outras variáveis surgem no espaço agrícola, tornando-o mais complexo, além de mostrar que o mesmo já o foi mais “amansando”.

Seja como for, os números apontam que as atividades agrícolas em Araguaína estão entre aquelas que usam maior quantidade de máquinas e implementos no Estado. O arranjo produtivo da pecuária, como principal atividade no município, não o coloca na periferia técnica estadual, ao contrário, realça que para essa atividade continuar forte deve-se adequar as exigências de consumo produtivo próprio do agronegócio. Tais dados apoiam a tese de que a pecuária deve ser considerada sob novas conceituações, isto é, entendê-la como *agro-negócio* em Tocantins e Araguaína.

Todavia, os sistemas de objetivos implantados na pecuária são diferentes daqueles implantados na agricultura de grãos no Tocantins, esta última tem demandas distintas. Por exemplo, majoritariamente, nelas usa-se considerável quantidade de colheitadeiras, que agregam maiores valores ao consumo produtivo. Tendo em vista o fato de esse seguimento ser ainda embrionário, provavelmente os municípios onde há maior concentração dessa produção, assumirão maior densidade técnica, frente às regiões pecuaristas. Isto não retira sua especificidade de agronegócio, apenas indica contingências técnicas e organizacionais. Tais arranjos produtivos não se equivalem em termos técnicos e organizacionais, mas as lógicas que os presidem atualmente são correspondentes, sejam elas de arcaísmo, melhores condições sociopolíticas ou escopos acumulativos.

A produtividade em relação ao uso do solo é crescente no Tocantins e em Araguaína, as tabelas 4 e 5, confirmam que a quantidade de espaço ocupada pela pecuária diminuiu significativamente no Estado, entre o período de 1995 a 2006, principalmente no tocante as pastagens naturais, em contrapartida, o número de bovinos se elevou. Em termos absolutos as pastagens no estado diminuíram em 26%, enquanto a quantidade de bovino elevou-se no mesmo período em 48%, com acréscimo total de um pouco mais 2 milhões e meio de cabeças, ainda que esse crescimento tende a desacelerar nos últimos anos. Em 1995 as pastagens representavam 77% da área total usada, e em 2006 caíram para 58%. O destaque maior foi para as pastagens naturais que sofreram redução de 51% dos hectares. Apesar das pastagens plantadas apresentarem queda, esta foi mínima, em torno de 0,08%.

As lavouras permanentes e as matas e florestas naturais elevaram-se, respectivamente, 120% e 65%. Isto expressa, no primeiro caso, o avanço dos cultivos agrícolas, do arroz, soja e cana-de-açúcar, entre outros, que estão dando novos usos ao território tocantinense. Tais atividades apresentam valor agregado muito superior aos da pecuária, o que provavelmente se tornarão

hegemônicas no espaço tocantinense em termos de ocupação de área nos próximos decênios. O aumento das florestas indica as ações de preservação e conservação em curso, nas quais os produtores do campo devem se adequar.

Tabela 4. Usos da terra no Tocantins e Araguaína em 1995 e 2006.

Usos da terra	1995 (ha)		1995 (ha)	
	Tocantins	Araguaína	Tocantins	Araguaína
Lavouras permanentes	22.528,15	333	99.489	285
Lavouras temporárias	244.699,89	1429	539.320	626
Pastagens naturais	5.800.949,80	25562	2.840.193	5571
Pastagens plantadas	5.277.205,53	241445	5.272.926	129533
Matas e florestas naturais	3.035.927,80	130348	5.026.047	71025
Matas e florestas artificiais	77,94	-	44.850	67
Total	14.381.398	399117	13.822.825	207107

Fonte: IBGE, 1997, 2006.

Tabela 5. Evolução do número de bovinos de Tocantins e Araguaína entre 1996 a 2006.

Anos	Tocantins		Araguaína	
	Quantidade de bovinos	%	Quantidade de Bovinos	%
1996	5242655	-	158600	-
1997	5350885	2,06	160000	0,88
1998	5441860	1,7	161500	0,93
1999	5813170	6,82	230000	42,41
2000	6142096	5,65	210700	-8,39
2001	6570653	6,97	212400	0,8
2002	6979102	6,21	214000	0,75
2003	7659743	9,75	259580	21,29
2004	7924546	3,45	271000	4,39
2005	7961926	0,47	271500	0,18
2006	7760590	5,52	272000	0,18

Fonte: IBGE, 1996-2002, SEPLAN-TO, 2013.

Sem dúvida com a introdução de novas culturas a pecuária perde representatividade no conjunto regional, pois antes ela era praticamente unívoca. Porém, esses números não são suficientes para dizer que a pecuária vem perdendo importância em si mesma, ao contrário, está cada vez mais forte basta observar os crescentes valores de exportação e quantidade de bovinos produzidos. Ocorre que o campo tocantinense está mais complexo, com a introdução dos arranjos produtivos de grãos, colocando a pecuária em competição direta com estes. Além disso, a fruticultura e a silvicultura têm expandido a área produzida de modo significativo nos últimos anos. Portanto, nem a cidade nem o campo são os mesmos dos anos 1980, a criação do Tocantins viabilizou melhor arranjo constitucional, técnico, político, aliado a incidência da globalização no território, para a redefinição e requalificação dos sistemas de objetos e ações, novos conteúdos são conferidos as formas antigas, enquanto uma infinidade de outras são criadas para permitir a maximização do ciclo do capital.

Em Araguaína a situação é um pouco diferente, pois a pecuária está ainda mais fortalecida, em comparação com o passado de expansão da fronteira. A área de produção diminuiu em 49%. Em 1995 no total da área em uso as pastagens representavam 66% reduzindo em 2006 sua participação para 65%. Ao considerar que a área total em uso reduziu-se em 48%, chega-se ao fato de que as outras culturas manteram-se estáveis, modificando-se, sobremaneira, os usos da pecuária. Enquanto isso a produção de bovinos no mesmo período aumentou 71%, sugerindo que houve aumento na produtividade, que está atrelada a melhores técnicas e sistema organizacional implantados no processo produtivo.

Observa-se nos dados dos leilões e exposição nacional a importância que o município de Araguaína vem ganhando em termos da criação de raças, advindas de melhoramento genético. A participação de expositores de Araguaína na Expozebu nacional mais do que dobrou de 2008 a 2014, sendo que alguns animais foram campeões nacionais em algumas categorias.

É necessário admitir que assim como há complexificação da produção no campo, no sentido da diversificação, em nível estadual, a pecuária continua hegemônica em Araguaína em termos de área ocupada e produção realizada. A complexidade se deu no interior da própria pecuária, com maior especialização e diversificação. Trata-se de um enorme esforço dos latifundiários de agregar valor a esta produção para não perder espaço para o arranjo produtivo da soja, que vem se expandindo rumo a Araguaína, principalmente via Palmeirante e Colinas do Tocantins a sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coloca-se cada vez mais o desafio de entender e analisar como se dá a expansão do agronegócio em sua materialização na cidade e no campo, nos meandros da acumulação capitalista, que se realiza no início do século XXI. Tal processo verifica-se, ao menos na área pesquisada, tendo como condição o afunilamento das relações cidade-campo, colocando em relevo muito mais suas interações do que suas diferenciações, ainda que elas continuem a existir.

A produção rural é internacionalizada, enquanto a urbanização ganha novas qualidades, com a criação de formas-conteúdos específicas e especializadas a realização da circulação das ordens e dos produtos necessários a essa exportação da produção e, a importação dos insumos prementes ao aumento de sua produtividade. Daí constatarmos que o agronegócio cria especializações produtivas em alguns pontos do espaço, adaptando as cidades aos seus intentos.

Constatou-se nesse trabalho, que as relações cidade-campo, (re)definidas no âmbito da expansão do agronegócio, cuja territorialização do capital é notável, faz-se pelo viés das articulações interescares. Sendo assim, só compreende-se a realidade em análise, através das lentes das relações postas por atores que agem em escalas diversas, sendo seu par mais evidente os pecuaristas locais, e as empresas multinacionais. As relações aí estabelecidas realizam-se na cooperação/conflito.

REFERÊNCIAS

BAGLI, P. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 81-109.

COSTA, S. E. G. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso Nacional**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – São Paulo, SP: USP.

ELIAS, D. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. In: X COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. **Anais...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/menu.htm>>. Acesso em: 22 de maio de 2013. p. 1-20.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. X, n. 218, p. 1-20, 2006a. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/nova.htm>>. Acesso em 18 de setembro de 2013.

_____. Ensaio sobre espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 19-51, 2006b. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2013.

FAET/SENAR - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins/ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Produtores rurais já podem adquirir veículos da Mitsubishi com 5% de desconto**, 2014a. Disponível em: <<http://www.fatrural.com.br/>>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

_____. **Senadora Kátia Abreu apresenta Calendário Oficial das Exposições Agropecuárias para 2014**, 2014b. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/>>. Acesso em 15 de maio de 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho: 1996. 2002. (Séries Históricas e Estatísticas)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 25 de abril de 2014.

_____. **Cadastro Central de Empresas:** 2006. 2011. Banco de dados Agregados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 13 de dezembro de 2013.

_____. **Censo Agropecuário 1995.** 1996. n. 6, Tocantins. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 22 de dezembro de 2013.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. In: **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012. Disponível em: <www.uff.br/geographia>. Acesso em 19 de maio de 2014.

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1998.

HAESBAERT, R. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Revista terra livre**, Goiânia, v. 2, n. 23, p. 35-52, 2004. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/index.php>>. Acesso em 08 de novembro de 2012.

_____. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 165-205.

MENDONÇA, M. L. R. F. **Modo capitalista de produção e agricultura:** a construção do conceito de agronegócio. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – São Paulo, SP: USP.

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradinhos na luta por um território livre. **Revista pegada**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 23-27, 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/index>>. Acesso em 15 de maio de 2014.

OLIVEIRA, A. U. Os mitos do agronegócio no Brasil. **Revista sem terra**, n. 24, p. 1-8, 2004. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/2>>. Acesso em 22 de dezembro de 2013.

REVISTA BRASIL ALIMENTOS. **Frigoríficos:** Minerva amplia unidade de Araguaína, 2009. Disponível em: <<http://www.brasilalimentos.com.br/>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **Pobreza urbana.** São Paulo: Edusp, 2009b.

_____. **Metafomorfoses do espaço habitado:** fundamentos teórico e metodológico da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** sociedade e território no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Edusp, 2009a.

SILVA, R. A. **Agropecuária de Araguaína-TO e novas centralidades.** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fortaleza, CE: UEC.

SUZUKI, J. C. Modernização, Território e Relação Campo-Cidade – Uma Outra Leitura da Modernização da Agricultura. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 6, p. 83-95, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria>>. Acesso em 19 de janeiro de 2014.

TOCANTINS, Secretária do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Indicadores socioeconômicos do Estado do Tocantins-2013**, Palmas, 2013. Disponível em: <<http://www.seplan.to.gov.br/Portal/>>. Acesso em 03 de março de 2014.

TOCANTINS. Lei nº 2.436, de 31 de março de 2011. Dispõe sobre a 3ª Revisão do Plano Plurianual 2008-2011 e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Poder Executivo, Palmas, TO, 2011, n. 3. 352. p. 452. Disponível em: <<http://diariooficial.to.gov.br/diario/>>. Acesso em 14 de abril de 2013.